

A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lara Estela Mulati¹

Eloiza Helena da Silva (Orientadora)²

RESUMO

Em decorrência das mudanças na sociedade contemporânea, nos deparamos com novas concepções de educação e de demandas sociais, que refletem sobre a figura do trabalhador, e conseqüentemente redimensiona a área de atuação do pedagogo, a qual se ampliou, não se limitando mais apenas a escola. Com isso, surge a necessidade de repensar sua atuação profissional e pesquisar sobre os demais campos em que pode se enquadrar. Para tanto, o presente trabalho apresenta o relato de uma experiência em educação não formal, que será analisada á luz de bibliografias atualizadas sobre o tema, com o objetivo de contribuir para a compreensão da atuação do pedagogo em um dos espaços não-escolares. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), inserido especificamente no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) servirá como espaço *in loco* onde se buscou compreender os desafios e possibilidades do pedagogo como educador social.

Palavras-chave: Pedagogia social. Educação não formal. Centro de Referência da Assistência Social. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

ABSTRACT

As a result of the changes in contemporary society, we are faced with new conceptions of education and social demands, which reflect on the figure of the worker, and consequently re-dimension the area of activity of the pedagogue, which has expanded, not limited to school. With this, we need to rethink about their professional performance and to research the other fields, which can fit. Therefore, the present work shows a report about a experience in non-formal education, which will be analyzed in the light of updated bibliographies about the topic, with the purpose of contribute to the understanding of the pedagogue's performance in one of the non-school spaces. The Reference Center for Social Assistance (CRAS), specifically introduced in the Service of living together and fortification of Links (SCFV), will provide as an on-site place, to understand the challenges and possibilities of the pedagogue as a social educator.

Keywords: Social pedagogy. Non-formal education. Reference Center of Social Assistance. Service of Living Together and Fortification of Links.

¹ Acadêmica em Pedagogia na UEM e Professora de Educação Infantil da rede privada de Maringá.

² Orientadora, Pedagoga, Mestre em Educação (Universidade Estadual de Maringá) e Professora da área de Políticas Públicas e Gestão Educacional do Departamento de Teoria e Prática da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

1 INTRODUÇÃO

A função social da escola é uma temática constante nas pesquisas educacionais, visto que esta instituição é responsável pela formação do homem, e esta formação se dará de acordo com a forma como tal sociedade está organizada. Historicamente esta forma, portanto, vai se modificando, de acordo com as transformações que ocorrem no seio da sociedade, e com as novas necessidades que vão surgindo a partir das transformações sociais.

A preocupação com a formação do indivíduo está vinculada ao campo escolar, envolvendo a ciência e o conhecimento, e mais raramente a ética e as relações humanas. Na atualidade, diante do momento em que vivemos, com a crise no mundo do trabalho, o aumento do desemprego, novos índices de violência e intolerância, que se expande como resposta a própria crise na economia, reverberando pelas diferentes relações sociais, e o surgimento de novos espaços para encontrar soluções para as mesmas, ONG'S, Centros Comunitários, associações e sindicatos, Centro de Referência e Assistência Social, entre outros.

De acordo com Machado (2002) “O Curso de Pedagogia no Brasil, desde sua origem ao final da década de 1930, tem centrado sua ação em questões afetas à formação do educador para atuar na educação formal, regular e escolar”, ou seja, o curso de pedagogia desde sua origem tinha um olhar voltado apenas para a educação formal e não para o lado social do indivíduo. No entanto, a concepção de educação diante das transformações no contexto social, ganhou nova dimensão, o que fez com que o campo do trabalho do pedagogo se abrisse à nossas possibilidades, não mais restrito apenas ao contexto escolar. Para Machado (2002) “A sociedade moderna apresenta demandas sócios educacionais que ultrapassam os limites formais e regulares da escola”, nesse sentido e em virtude dessas transformações e das demandas sócio educacionais, hoje a atuação do pedagogo pode ocorrer em outras áreas, como parte, muitas vezes, de equipes multidisciplinares.

Sendo assim, trazemos como problemática desta pesquisa a seguinte pergunta: Quais os subsídios que o Pedagogo possui em relação à sua formação para a atuação em espaços não-escolares? Para isso, elencamos como objetivo geral da pesquisa o análise de uma experiência em Pedagogia Social por parte da

pesquisadora no Centro de Referência da Assistência Social, tendo como foco os novos campos de atuação do Pedagogo em espaços não-escolares.

O presente trabalho também se propõe a apresentar o importante papel do pedagogo fora do âmbito escolar, a questão dos novos campos de atuação deste profissional apresentadas pelo curso de Pedagogia na UEM, assim como no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A execução deste trabalho será de caráter bibliográfico, além de uma pesquisa documental sobre o CRAS, que fornecerão subsídios para a análise sobre o **Estudo de Caso** da experiência da pesquisadora como orientadora social no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social. Nossas análises se apoiarão nos pressupostos teóricos apresentados por pesquisadores que se dedicam a esta temática, como: Pimenta (2002), Libâneo (2007) e Machado (2002) entre outros.

Para amparar essa pesquisa serão estudados também documentos oficiais como cadernos de orientações técnicas que são ofertados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem a intenção de nortear e preparar os profissionais envolvidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aprimorando a atuação preventiva, protetiva e proativa da Unidade e outros que abrangem esse tema.

No processo de elaboração deste trabalho, optou-se por utilizar nomes e não as siglas para evitar dúvidas no processo de leitura, considerando-se que se trata de considerações iniciais sobre o tema. O desenvolvimento do mesmo se dividiu em cinco partes. A primeira, intitulada “O papel do pedagogo fora do âmbito escolar”; a segunda “O curso de pedagogia da Universidade Estadual de Maringá e a formação para espaços não escolares”, a terceira “A atuação do pedagogo no Centro de Referência da Assistência Social”, a quarta “O livro que guia os profissionais afetos ao CRAS” e por fim “Uma vivência no Centro de Referência da Assistência Social”, percorrendo brevemente sobre a grade curricular do curso e sobre o componente curricular afeto à formação para a educação também para espaços não escolares.

Espera-se que ao término desse trabalho, os pontos apresentados possam contribuir fornecendo subsídios, ainda que preliminares para futuros estudos de novos acadêmicos que se interessem por esse tema.

2 O PAPEL DO PEDAGOGO FORA DO ÂMBITO ESCOLAR

Desde o início da história da pedagogia, a formação do pedagogo era direcionada para o âmbito escolar e o profissional trabalhava o social de forma limitada, porém esse perfil do pedagogo vem tomando novas direções visto que o indivíduo possui a educação cotidiana no ambiente escolar e fora dela. A Diretriz Curricular Nacional, para o curso de Pedagogia, pontua sobre a “Finalidade do Curso de Pedagogia”, determinado perfil e as competências desse profissional de forma mais abrangente:

[...] trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e prepositiva em face de realidades complexas, com vista a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (BRASIL, 2005, p.8-9).

Como se pode constatar nas Diretrizes Curriculares, faz-se necessário que o pedagogo seja capacitado para atuar em diversas modalidades educativas, incluindo espaços não-escolares, ou seja, compreendendo uma educação não-formal. Todavia, em nosso processo de formação, no curso de licenciatura em pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, o acadêmico finaliza a graduação com um déficit nessa área, pois é obtido pouco conhecimento a respeito, já que a maior parte da carga horária está dedicada à docência. **Devido à importância da Pedagogia para o desenvolvimento social - e por esta ocorrer em vários aspectos - se faz necessário um maior conhecimento sobre.** Segundo Pimenta (2002)

Para se compreender com mais profundidade o que é a pedagogia, é preciso explicar seu objeto de estudo, a educação ou a prática educativa. Educação compreende o conjunto de processos, influências, estruturas, ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto do ser humano. A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais, espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (PIMENTA, 2002, p. 64).

Analisando a definição de Pimenta (2002), pode-se identificar o quanto este conceito é mais abrangente, e que a pedagogia faz parte da educação que envolve

o ser humano em todos seus aspectos, tanto individual como na coletividade. Obstante a isso, o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, a exemplo de outros que são objeto de estudos, ainda permanecem centrados na docência, investindo menor atenção ao desenvolvimento de outras competências para a aptidão às múltiplas funções, ou seja, reduz a formação do pedagogo à docência. De acordo com Gohn (2010a, p. 16) “a educação não formal é aquela que se aprende ‘no mundo da vida’, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivas cotidianas”, isto quer dizer que não acontece necessariamente no âmbito escolar. Faz-se necessário destacar que essa educação muitas vezes é promovida pelo setor público, por estar diretamente relacionada às classes menos favorecidas.

Neste trabalho, defende-se a formação do pedagogo para atuação no espaço da educação não-formal, pois a contribuição desse profissional como educador social faz parte da construção de uma sociedade igualitária. Entretanto, sabe-se que não é um trabalho muito fácil, pois o pedagogo ou educador social tende a buscar o equilíbrio do indivíduo com o meio social. Romans (2003) ressalta que:

O educador social se transforma muitas vezes no ponto de confluência de tensões vividas entre famílias e instituições, entre indivíduos e grupos, entre o processo de melhoria e o de deterioração de um indivíduo que se estanca em seu processo de socialização. A lentidão em alcançar resultados, a escassez de recursos das entidades, as mudanças de orientações no trabalho devido determinadas políticas, as limitações pessoais e da equipe, as dúvidas sobre se o que se faz é correto e vale a pena fazê-lo podem converter-se em um foco de contradições que dia a dia vão pesando no desempenho da profissão (ROMANS, 2003, p. 170-171).

Nessa perspectiva, o pedagogo acaba por atuar em situações para as quais não se sente preparado, incorrendo no risco de perder o foco e, em vez de socializar o indivíduo, retardar seu desenvolvimento. Diante de tal situação, parece ser uma demanda do curso de pedagogia voltar um olhar mais atento à formação para atuação em situações diferentes daquelas de sala de aula ou docência, ou seja, para a atuação fora do âmbito escolar.

3 O CURSO DE PEDAGOGIA DA UEM E A FORMAÇÃO PARA ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Em sua grade curricular, o curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, em tese, dentro das 3.480 horas disponibilizadas, possui apenas 68 destinada à educação não escolar, o que nos parece insuficiente para uma formação de qualidade frente a estes novos contextos e desafios profissional afetos ao pedagogo na sociedade contemporânea.

Essas 68 horas são vivenciadas no primeiro semestre do primeiro ano, componente curricular que se intitula “Políticas Públicas e Gestão Educacional: Identidade do Pedagogo nos Processos Escolares e Não Escolares”. Nela, o propósito é analisar as políticas, bem como a gestão educacional e a partir disso relacionar com a formação do pedagogo referente aos processos escolares e não-escolares. Questiona-se o quanto tal currículo é adequado às novas funções que se abrem ao pedagogo na contemporaneidade. Para Libâneo (2007), o pedagogo é:

[...] o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetiva de formação humana definidos em sua contextualização histórica. Em outras palavras, pedagogo é um profissional que lida em fatos, estruturas, contextos, situações referentes a prática educativa em suas várias modalidades e manifestações (LIBÂNEO, 2007, p. 52).

Dessa forma, podem-se compreender mais uma vez que a identidade do pedagogo é a ação pedagógica e não a ação docente. Ainda de acordo com Libâneo (2007, p.28), concordamos que “O pedagógico perpassa toda a sociedade, extrapolando o ambiente escolar formal, abrangendo esferas mais amplas da educação informal e não-formal”.

Na atualidade a educação passou a ser entendida como um fenômeno plurifacetado, que não se restringe apenas a escola, mas que ocorre em variados locais. Com isso, o trabalho do pedagogo passa a se envolver também com a educação não-formal, a qual é marcada por um modo diferenciado de se trabalhar conteúdo.

4 A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NO CRAS

Para compreender e identificar a atuação do pedagogo em espaços não escolares, neste trabalho optou-se por fazer algumas considerações iniciais sobre o CRAS – Centro de Referência da Assistência Social. Esta escolha se deve ao fato de que, além de este ser um dos diversos ambientes em que o pedagogo se encontra inserido atualmente, é sobretudo o local de vivência de estágio não obrigatório da pesquisadora como estagiária de Pedagogia. De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS), o CRAS:

É uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e oferta de serviços da proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF (BRASIL, 2010, p. 9).

A necessidade de políticas corresponde ao fato de que, ainda que crianças e adolescentes brasileiros tenham seus direitos assegurados, muitos ainda têm os seus direitos violados. De acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente, Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, o artigo terceiro:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004), a vulnerabilidade constitui-se em situações, ou ainda identidades, que concorrem para a exclusão social dos sujeitos. Ainda de acordo com o PNAS (BRASIL, 2004, p. 36), “o risco social representa uma circunstância alojada que, ao se impor, afeta negativamente a identidade e a posição social de indivíduos e grupos. É decorrente dos processos de omissão ou violação de direitos”. Tal conceito tem relação com a possibilidade de um fato ocorrer na trajetória de vida de um indivíduo.

Todo esse contexto de vulnerabilidades e riscos compromete diretamente o núcleo familiar, o que causa um enfraquecimento em seu papel protetivo, gerando consequências para a infância e adolescência. Cabe, portanto, ao Estado, a superação dessas situações. A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 33), nos remete que “A proteção social básica tem como objetivos prevenir

situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários”. Por isso a Proteção Social Básica (PSB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prediz o desenvolvimento de serviços, os quais pretendem fortalecer vínculos sociais e familiares, tendo o objetivo de superar as vulnerabilidades, e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida de seu público alvo. Segundo o artigo primeiro da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

De acordo com o Caderno de Orientações Técnicas (2009), a Proteção Social pode ser entendida em dois níveis: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), caráter preventivo e especial - quando ocorre violação de direitos – respectivamente. A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) determina uma equipe de referência para cada nível de proteção social, considerando as peculiaridades de cada território, isto é, além dos profissionais que integram obrigatoriamente a equipe (assistente social e psicólogo), outros também poderão fazer parte das equipes de proteção social básica e especial, de acordo com a avaliação do território. De acordo com a PNAS (2004)

A dinâmica populacional é um importante indicador para a política de assistência social, pois ela está intimamente relacionada com o processo econômico estrutural de valorização do solo em todo território nacional, destacando-se a alta taxa de urbanização, especialmente nos municípios de médio e grande porte e nas metrópoles. Estes últimos espaços urbanos passaram a ser produtores e reprodutores de um intenso processo de precarização das condições de vida e de viver, da presença crescente do desemprego e da informalidade, de violência, da fragilização dos vínculos sociais e familiares, ou seja, da produção e reprodução da exclusão social, expondo famílias e indivíduos a situações de risco e vulnerabilidade (BRASIL, 2004, p.11).

O CRAS tem como intuito a prevenção da ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais (caráter preventivo). É referência para o

desenvolvimento de todos os serviços sócio assistenciais de proteção básica, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS.

Dentre os serviços ofertados pela Proteção Social Básica (PSB), está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) que se organiza em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e se refere a área em que o pedagogo pode atuar. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Social (2010), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos:

[...] ocorre por meio do trabalho em grupos ou coletivos e organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária (BRASIL, 2010, p. 29)

Além disso, objetiva prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, à medida que dá acesso a conhecimentos acerca dos direitos e participação cidadã. Cabe destacar que a garantia do convívio é direito reconhecida no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Estatuto do Idoso, Lei n 10.741/2003 (BRASIL, 2003) e na Lei nº 12.435/2011 (BRASIL, 2011). O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos tem como público alvo:

[...] famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiência; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2004, p. 18-19).

A oferta dos serviços tem característica universalizante, mas deve dar prioridade à entrada de crianças e adolescentes que integram o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. De acordo com a Resolução CIT nº 01/2013 e a Resolução CNAS nº 01/2013, o atendimento deve ser prioritário também para crianças e/ou adolescentes e/ou pessoas idosas nas circunstâncias a seguir:

- em situação de isolamento;
- vivência de violência e, ou negligência,
- fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos,

- em situação de acolhimento, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto,
- egressos de medidas socioeducativas,
- situação de abuso e/ou exploração sexual, com medidas de proteção do ECA,
- crianças e adolescentes em situação de rua e vulnerabilidade que diz respeito às pessoas com deficiência.

Para desempenhar as diferentes funções voltadas para a prevenção de ocorrências de situações de vulnerabilidade e riscos sociais, a equipe, para a oferta deste Serviço, deve ser composta por:

- **Técnico de Referência:** é quem dá assessoria ao orientador social, é o profissional que acompanha a execução do serviço e certifica o princípio da matricialidade sócio familiar – que orienta as ações da Proteção Social Básica. Podendo ser o (a) assistente social, psicólogo (a) ou ainda outro profissional que compõe a equipe.
- **Orientador Social:** é aquele que acompanha constantemente o(s) grupo(s), orientando e monitorando os usuários na realização das atividades propostas. Essa função pode ser exercida por algum profissional que tenha no mínimo nível médio de escolaridade.

Sendo assim, o Pedagogo possui habilidades para atuar em ambos cargos, tanto como Técnico de Referência, como Orientador Social.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004, p. 40) “a **matricialidade sócio familiar** se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”.

De acordo com a Resolução CNAS n 17 de 20 de junho de 2011 (artigo 2 e 3), (BRASIL, 2011) o pedagogo pode estar inserido tanto nos grupos de crianças, adolescentes e idosos (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), quanto na equipe técnica da assistência social (gestão do Sistema Único de Assistência Social). Esse trabalho desenvolvido pelo pedagogo não se refere apenas a um formato de educação tradicional. De acordo com Libâneo (2007):

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não-formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados, em instituições não escolares. Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais, nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também na criação e na elaboração de jogos e brinquedos (LIBÂNEO, 2007, p. 27).

Neste caso - de acordo com o Caderno de Orientações Técnicas sobre o SCFV - a educação não é centrada somente no indivíduo em si, e sim no indivíduo em sociedade. Portanto, nas atividades realizadas neste âmbito é trabalhado o fortalecimento de vínculos (assim como diz o próprio nome do Serviço), a medida que também há um resgate de valores “perdidos”, tais como: autoestima, convivência familiar e social. Sendo assim, a prática pedagógica é executada a partir da promoção da socialização dos sujeitos, levando em consideração as condições em que se encontram.

Nestes espaços de interação grupal, o pedagogo oportuniza aos participantes o desenvolvimento de um olhar mais crítico em relação a eles mesmos, às suas atitudes na situação de cidadãos, aos outros e à sociedade em que vivem. Para isso, é preciso que seja escolhido cuidadosamente o tema e de que forma será abordado. Dentre eles estão: convivência, ética, atitudes cidadãs, sustentabilidade, alimentação saudável, respeito, preconceito, solidariedade, drogas lícitas e ilícitas, perigos da internet, família, direitos e deveres, cidadania, dignidade, segurança, entre outros. São sempre escolhidos de acordo com a necessidade de cada grupo.

Dessa forma, acredita-se que o profissional em questão estará capacitando o indivíduo a analisar e posteriormente transformar o lugar em que vive, por meio da compreensão da relevância de seus comportamentos em relação a sua vivência em sociedade.

Portanto, o trabalho do pedagogo dentro do Centro de Referência da Assistência Social compreende uma educação social, a qual ganha relevância por ir além do ensino convencional, à medida que desenvolve práticas pedagógicas direcionadas a transformação da realidade. Ortega (2006) afirma que:

A educação social é ou seria fundamentalmente a dinamização ativa das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos e a compensação, normatização ou, até, a reeducação da

dificuldade e do conflito social. Portanto, uma educação social assim entendida promove e dinamiza uma sociedade que educa e uma educação que socializa, integra e ajuda a evitar, equilibrar e reparar o risco, a dificuldade ou o conflito social (ORTEGA, 2006, p. 5-6).

Nesse contexto então, o pedagogo exerce a função de educador social, trabalhando para promoção, crescimento e desenvolvimento dos sujeitos. Para tanto, é preciso que o pedagogo seja capaz de conciliar os saberes educacionais aos saberes das ações desenvolvidas na política da assistência social. A respeito disso, Carvalho e Batista (2004) afirmam que:

A formação das competências de um (a) educador (a) social exige, em conformidade, uma sólida preparação de alguns domínios das ciências da educação em íntima conjugação com o estudo dos comportamentos individuais e coletivos e uma sólida cultura geral (CARVALHO; BATISTA, 2004, p. 25).

Nessa perspectiva é fundamental que o pedagogo ou educador social tenha uma formação sólida para que possa estudar o comportamento do indivíduo em todo seu aspecto e assim saber a melhor forma de trabalhar e socializar esse indivíduo ao meio em que está inserido.

5 O LIVRO QUE GUIA OS PROFISSIONAIS AFETOS AO CRAS

O livro intitulado “Orientações técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculo para crianças e adolescente de 6 a 15 anos” é uma das publicações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (MDS) que se destina aos profissionais envolvidos com o Centro de Referência da Assistência Social (neste caso, especificamente com o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos), a fim de informá-los e orientá-los na organização do serviço, visando uma oferta de qualidade. Sendo assim, o objetivo primordial desse documento é proporcionar elementos para a implantação, bem como o aperfeiçoamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com o foco voltado para adolescentes de 6 a 15 anos.

Nesta publicação contém somente orientações iniciais, tais como: objetivos, usuários, acesso, a execução do Serviço, bem como sua organização. Em relação à

organização, o caderno aborda o funcionamento (recursos físicos, materiais e humanos), além da capacitação das equipes. São citados também: a descrição do trabalho essencial, as articulações necessárias, o impacto social esperado, os eixos, sugestões de atividades, as seguranças afiançadas pela PNAS (BRASIL, 2004) e os resultados esperados. Orientações mais detalhadas são encontradas em outras publicações.

Apresenta duas pesquisas que apontaram novas demandas: uma qualitativa e outra quantitativa, sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) realizadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por meio da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) no ano de 2008. Os dados apontaram entre o ano de 2007 para o ano de 2009, uma queda no trabalho infantil no Brasil: o número de crianças e adolescentes na faixa etária entre 5 a 13 anos reduz de 1,2 milhões para 908 mil. Evidenciando sua eficácia e acreditando no potencial deste, surgiu a necessidade de elaborar documentos que orientassem a gestão e a operacionalização do PETI e também a metodologia do SCFV para crianças e adolescentes.

Dessa forma, tal documento pretende orientar os órgãos gestores municipais/distrital em relação à organização do SCFV para crianças e adolescentes e sua oferta com qualidade. Para isso, o documento é desenvolvido e apresentado em 14 capítulos:

- 1- Considerações iniciais;
- 2- Proteção as Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidades Sociais e Violação de Direitos;
- 3- O Contexto do Trabalho Infantil;
- 4- O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 5- Organização do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- 6- Eixos de convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos;
- 7- Temas;
- 8- Formação dos Grupos;
- 9- Sugestões para o Trabalho com os Grupos;
- 10- Planejamento Participativo;
- 11- Algumas sugestões para o Trabalho dos Orientadores Sociais e Facilitadores de Oficinas;

12-Garantia das Seguranças Afiançadas pela PNAS (2004);

13-Resultados Esperados; e por fim,

14-Considerações finais.

No segundo capítulo, é discutido sobre a vulnerabilidade e os riscos sociais, os quais afetam a família e conseqüentemente dificulta a realização do seu papel protetivo, o que implica de forma direta a infância e a adolescência. Em relação a este contexto, é citado os serviços socioassistenciais (ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social) como elemento que auxilia na superação das violações de direitos.

Em seguida o capítulo três, apresenta dados que comprovam a queda no Trabalho Infantil no nosso país, mas também é lembrado que ainda não foi extinto e os números continuam sendo altos. Segundo a Política Nacional De Assistência Social (2004), cabe a Assistência Social: a proteção hierarquizada entre proteção básica e proteção especial; a vigilância social; e a defesa dos direitos socioassistenciais. Diante disso, é mostrado como que a política pública de assistência social lida com tal situação, explicando os níveis de proteção do Sistema Único de Assistência Social: Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

A Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SASC, em atendimento a Lei Federal nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), e Lei Complementar Municipal nº 509/2003, é a responsável pela gestão da Política de Assistência Social no município, objetivando a garantia da proteção social a quem dela precisar e a promoção da cidadania, por meio da implantação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS.

Como já foi dito, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se organiza em dois níveis de proteção: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. Enquanto o primeiro trabalha de forma preventiva em relação à ocorrência de situações de risco, o segundo trabalha de forma protetiva, com o intuito de superar e prevenir o agravamento do risco, pois aqui este já foi instalado, ou seja, os direitos já foram violados de alguma forma. No primeiro temos o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e em sequência o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). De acordo com o Ministério do Desenvolvimento e Combate à fome:

Considerando a definição expressa na Lei nº 12.435/2011, o CREAS é a unidade pública estatal de abrangência municipal ou regional que tem como papel constituir-se em locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos (BRASIL, 2010, p. 23).

Assim como no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, no CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social também é ofertado serviços socioassistenciais, ainda que com um foco diferente, que não é objeto desta pesquisa.

O capítulo quarto apresenta o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, seus objetivos gerais e específicos, definindo seu foco, seus usuários, as formas de acesso, as possibilidades de ofertas e frequência, as formas de planejamento, a intersetorialidade, e por fim, expõe a importância do trabalho social como fundamental ao serviço ofertado. A organização geral deste mesmo Serviço, é a temática tratada no capítulo que segue a este.

No capítulo seguinte, são colocados eixos que orientam os temas e as atividades do Serviço: o eixo Convivência Social e o eixo Participação. Em sequência, no sétimo capítulo, são recomendados alguns temas, que foram organizados considerando os objetivos. Também há recomendações, no capítulo seguinte, sobre como devem ser constituídos estes grupos, em relação às peculiaridades dos participantes – faixa etária, vivências, situações, potencialidades, vulnerabilidades, etc. As recomendações continuam no capítulo nono, desta vez com o foco para o trabalho com os grupos, basicamente através de orientações para o desenvolvimento das atividades. Nestas orientações, são destacados três elementos essenciais: a criação, a consolidação e a mobilização dos grupos.

No décimo capítulo, o assunto é o planejamento, no qual é apresentada brevemente uma proposta de metodologia. Enfoca-se muito a questão do conhecimento da realidade, pois para planejar se faz necessário realizar um diagnóstico do território, para que o planejamento esteja de acordo com o contexto social do público para quem estará ofertando os serviços. Segundo Ministério de Desenvolvimento Social:

Se não souber o que pensam, sua cultura, onde vivem, seus desejos, características, vulnerabilidades e potencialidades, o planejamento

de atividade ficará distante da realidade e dos anseios das crianças, adolescentes e suas famílias (BRASIL, 2010, p. 105).

Ainda sobre o planejamento, é citado sobre a importância do envolvimento das famílias nas atividades (para se obter maior êxito), e também sobre a articulação do Serviço com as escolas. No capítulo que segue a este, são abordadas sugestões de atividades mais específicas, mas deixa claro que são apenas sugestões, portanto não devem ser vistas como possibilidade única de trabalho. Entre elas estão: jogos (esportivos, recreativos, com palavras); Oficinas (Pintura, desenhos, teatro, danças, músicas, contação de histórias); trabalhar com formas de comunicação distintas (TV, DVD, cinema, rádio, jornal, computador); Dinâmicas; Palestras; Gincanas; Atividades de campo, etc.

Tais atividades têm por objetivo estimular vivências para que assim haja uma ampliação cultural, social e informacional. Após todos esses elementos citados para auxiliar em uma oferta de qualidade no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, no penúltimo capítulo, são elencados os resultados que se almeja a partir de tal serviço, isto é, o impacto social. O livro é finalizado com a realização de considerações finais que reafirmam a importância de cada etapa na realização de todo o processo, visando um resultado afirmativo.

6 UMA VIVÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE OURIZONA-PR

Em 2014 iniciamos um estágio não-obrigatório no Centro de Referência da Assistência Social do município de Ourizona – Paraná. Para que pudéssemos ampliar nossos conhecimentos acerca de tal âmbito, a coordenadora da assistência social deste mesmo CRAS definiu que, a princípio, se fazia necessário um conhecimento breve da minha parte sobre as funções que competia a cada profissional que compunha o estabelecimento. Para isso, passei um tempo acompanhando cada um deles.

Inicialmente nossa atuação se deu em atividades na sala onde eram realizados os atendimentos do Cadastro Único, neste espaço acompanhei o trabalho da gestora por alguns meses, o que me possibilitou a compreender todo o

procedimento realizado para o ingresso e permanência do usuário no CRAS e o perfil deste.

Posteriormente, passamos a observar o trabalho das assistentes sociais, seja em visitas domiciliares, nos atendimentos individuais e coletivos, em reuniões do Programa Bolsa Família, nas realizações de relatórios, entre outras tarefas.

Somente depois de cinco meses, já mais fortalecida pelos conhecimentos adquiridos através da observação e apoio, iniciamos o acompanhamento do trabalho da psicóloga, a qual realizava atendimentos individuais, palestras para os usuários, visitas domiciliares e também coordenava os grupos de crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é um dos eixos que compõe o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que por sua vez compõe o SUAS. Os encontros dos grupos aconteciam duas vezes na semana, com uma duração de uma hora e meia. Eram dois grupos que continham em média 08 participantes cada.

Depois de um tempo, a psicóloga se afastou dos encontros semanais de tais grupos para se dedicar as demais funções que competiam a ela. Foi contratada uma psicopedagoga, que substituiu a psicóloga nos atendimentos coletivos, exercendo a função de educadora e orientadora social. Isso possibilitou um aumento de membros e conseqüentemente de grupos. Em pouco tempo, estávamos atendendo a seis grupos por semana, o que totalizava cerca de setenta crianças e adolescentes.

Em nossas reuniões, chegou-se à conclusão que em determinados grupos havia a necessidade de um trabalho com uma quantidade menor de participantes, sendo assim, os grupos menores ficaram sob nosso comando e responsabilidade e os maiores continuaram com a psicopedagoga.

Em 2015, a instituição adquiriu para sua estrutura uma brinquedoteca, servindo como mais um método de atendimento aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Esta se refere a um espaço reservado para proporcionar a brincadeira de forma livre, possibilitando assim o acesso a diversos brinquedos, jogos, livros, etc. Kravchychyn e Vieira (apud ROSA et al. (2010):

Apontam que a finalidade específica da brinquedoteca é apontar um meio de descobrir e construir conhecimentos sobre o mundo. Deve ainda, incentivar a autonomia e desenvolver a capacidade crítica e de escolha da criança, além disso, a brinquedoteca promove o trabalho em equipe, a socialização, o desenvolvimento infantil, a

comunicação, a criatividade, a imaginação e o desenvolvimento de atividades lúdicas por meio do brinquedo, perpetuando, assim, uma cultura lúdica (KRAVCHYCHYN, VIEIRA apud ROSA et al., 2010, p. 16).

Portanto, a finalidade da brinquedoteca, assinalada pelos autores mencionados, corresponde às necessidades do Serviço, considerando que o brincar é um instrumento de fundamental importância principalmente para os indivíduos fragilizados em razão de situações de negligência – pois se caracteriza como um dos modos de interação social. Cunha (2001, p. 14) destaca que: “Brincar desenvolve as habilidades da criança de forma natural, pois **brincando aprende a socializar-se** com outras crianças, desenvolve a motricidade, a mente, a criatividade, sem cobrança ou medo, massim com prazer” (CUNHA, 2001, p. 140, grifo nosso).

A brinquedoteca do Centro de Referência da Assistência Social de Ourizona se encontra na parte posterior do estabelecimento, é um espaço amplo, contém brinquedos e jogos variados, televisão, altas estantes embutidas, prateleiras, além de duas mesas infantis com cadeiras. Possui também um acervo de livros que abordam temáticas como: regras de convivência, respeito, cooperação, higiene, preconceito, família, alimentação saudável, etc. O lugar conta com um espaço que é reservado para a realização de teatros, rodas de músicas e leitura de histórias.

Os atendimentos dos grupos aconteciam neste ambiente, quinzenalmente, sempre envolvidos por algum tema, assim como se fazia anteriormente cada grupo permanecia por uma hora. Essa experiência teve uma duração de dois anos e seis meses, na qual a atuação em estágio não curricular proporcionou conhecimentos que foram essenciais ao processo de formação como pedagoga. Nestas vivências adquirimos um conhecimento que acrescentou muito àqueles adquirir no decorrer do curso de pedagogia, especialmente sobre as possibilidades de atuação em espaços não escolares, mais especificamente, sobre a prática do educador social.

Essa experiência teve uma duração de dois anos e seis meses, onde a atuação em estágio não curricular proporcionou conhecimentos que foram essenciais ao processo de formação como pedagoga. Nestas vivências adquirimos um conhecimento que acrescentou muito àqueles adquirir no decorrer do curso de pedagogia, especialmente sobre as possibilidades de atuação em espaços não escolares, mais especificamente, sobre a prática do educador social.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos estudos realizados, percebe-se que, em razão das transformações da sociedade capitalista contemporânea, a concepção de educação sofreu diversas transformações, o que acabou refletindo também sobre o perfil do pedagogo.

A respeito deste profissional, nota-se que este possui uma tarefa bem maior do que as consideradas anteriormente, não se restringindo apenas à docência. As Diretrizes Curriculares já se abrem a estas novas demandas e definem as características de como o profissional deve atuar, dentro e fora do âmbito escolar, pois é notável que o indivíduo, além dos momentos dentro da escola, apresenta outras dimensões que são também importantes no processo educativo.

É evidente a necessidade de uma formação que capacite o profissional para as novas funções decorrentes destas novas demandas da sociedade contemporânea. No entanto, cursos de qualidade reconhecida como o nosso, ainda olham para a questão timidamente, como se pode constatar pela parte da grade curricular do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá que se dedica às novas demandas sociais.

A disciplina, ou seja, o componente curricular que se dedica à questão somente consegue fazer uma introdução ao tema, e, portanto, mostra insuficiente para de fato qualificar ou tornar o formado competente para atuar nos novos campos de atuação. Essa educação fora do âmbito escolar, especificamente como educador social se caracteriza como não formal, pois acontece de diferentes maneiras e práticas em espaços distintos, e têm uma relevância social reconhecida, pois contribui para a ação educativa com o sujeito marginalizado, com o excluído, com o desfavorecido socialmente, favorecendo, portanto, para a inclusão social.

A atuação do pedagogo como educador social pode ser reconhecida já atualmente no Centro de Referência da Assistência Social, que de acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (2009), se refere a:

[...] uma unidade de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e

da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009, p. 9).

O pedagogo faz parte da equipe técnica da assistência social e contribui nas ações das equipes transdisciplinares atuando no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o qual atende grupos de crianças, adolescentes e idosos em situação de vulnerabilidade social, com o intuito de prevenir situações de risco, ao mesmo tempo em que oferece suporte para a superação de tal situação, através de um atendimento que venha garantir uma emancipação social e o desenvolvimento de potencialidades e aquisições do fortalecimento de vínculos.

É preciso que, de fato, este profissional seja capaz de conciliar os saberes educacionais aos saberes das ações desenvolvidas na política da assistência social. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome oferta cadernos de orientações e outras obras publicadas sobre o Centro de Referência da Assistência Social e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, fornecendo assim subsídios para uma melhor capacitação dos profissionais envolvidos neste âmbito.

A experiência vivenciada no CRAS do município de Ourizona-PR, juntamente com os estudos realizados acerca do tema, nos possibilitou um olhar mais amplo para as áreas de atuação do pedagogo nos dias atuais. Além de nos permitir produzir uma reflexão acerca da formação deste profissional, visto que o foco do Curso de Pedagogia continua sendo o mesmo desde a sua criação, a docência, mas seu perfil e suas competências (assim como nos mostra as Diretrizes) são mais abrangentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais, para o curso de Pedagogia**. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2016.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Parecer 5/2005. Projeto de resolução. Ministério de Educação. Conselho Nacional da Educação. Aprovada em 13 de dezembro de 2005.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 7 dez. 2016.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Concepção de convivência e fortalecimento de Vínculos. Brasília, 2010.

BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas**: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Brasília, 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)**. NOB/SUAS. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 1 dez. 2016.

CARVALHO, Adalberto Dias de; BAPTISTA, Izabel. **Educação Social**: fundamentos e estratégias. Porto: Porto Editora, 2004.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedoteca**: um mergulho no brincar. São Paulo: Vetor, 2001.

GOHN, M. G. **Movimentos e lutas sociais na História do Brasil**. São Paulo: Loyola, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MACHADO, Evelcy Monteiro. Pedagogia e a Pedagogia Social: educação não-formal. In: MACHADO, Evelcy Monteiro; CORTELAZZO, Iolanda Buenos de Camargo (Org.). **Pedagogia em Debate OnLine**. Curitiba: Editora da UTP, v. 1, p. 97-104, 2002. Disponível em: <<http://www.boaula.com.br/iolanda/producao/me/pubonline/evelcy17.htm>>. Acesso em: 25 nov. 2016.

ORTEGA, José. Uma Aproximação à Pedagogia-Educação Social. **Revista Lusófona de Educação**, Porto, n. 7, v. 7, p. 5-9, 2006. Disponível em: <<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/64>> Acesso em: 3 dez. 2016.

PIMENTA. S. G. **Pedagogia e Pedagogos**: Caminhos e perspectivas. São Paulo, Cortez: 2002.

RESOLUÇÃO nº 17, DE 20 DE JUNHO DE 2011. Diário Oficial. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos.../cnas...20-06-2011.pdf/download>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

ROMANS. M. **Profissão**: Educador Social. Porto Alegre: Artemed, 2003.

ROSA, Fabiane Vieira da; KRAVCHYCHYN, Helena, VIEIRA, Mauro Luis. Brinquedoteca: a valorização do lúdico no cotidiano infantil da pré-escola. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 8-27, ago./dez. 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/1208/1320>>. Acesso em: 28 nov. 2016.